



Anais da Assembléia

Nº 138

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 204ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1975
(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Ferdemann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cloni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quiêse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Luiz Robertó Soares, e Otásio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 184/74.
- de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação de redação final para o Projeto de Lei número 92/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, seja inserido na ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à Assembléia Cristã a Marcha da Fé, pela bem sucedida I Convenção Regional Sul do Brasil, levada a efeito nos dias 1º e 2 do corrente mês em nossa Capital sob a direção do Rev. Adan Alvear, e participação de eminentes líderes da organização nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Organização destacada.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Voto de congratulação ao Sr. Affonso Alves de Ca-

margo Netto pelo seu pronunciamento político.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, com respaldo no Regimento Interno e mediante o apoio do plenário, requer um voto de congratulações ao seu pronunciamento recente feito em Paranavaí.

O Presidente da ARENA numa reunião que congregou os líderes políticos da agremiação em Paranavaí enfatizou a necessidade de que o partido empunha a "bandeira da anti-corrupção e anti-subversão". Esta era, a luta da família brasileira na Revolução de 1964. Esta continua a ser a meta da existência do partido situacionista. Não constitui privilégio da oposição denunciar a improbidade administrativa em qualquer escalão.

Pelo revigoramento da bandeira da moralidade administrativa e pela defesa de nossas tradições democráticas que alçaram ao poder dirigente que, com segurança e desenvolvimento da Pátria, procuraram moralizar os costumes expungindo a malversação dos erários públicos, conseguiram conquistas notáveis. A reafirmação de Affonso Alves de Camargo Netto, em Paranavaí torna-se um dos mais atuais e urgentes. Esta foi a nossa bandeira quando assumimos deliberadamente a escolha do partido da Revolução, esta continua a ser a nossa. Confiamos nos dirigentes do Partido, confiamos nos governos dela emanados, por isso registramos o voto de congratulações ao nosso presidente regional quando convoca os arenistas a retomarem o bastão da anti-corrupção e anti-subversão.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa seja dada ciência ao Dr. Affonso Alves de Camargo Netto.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Dr. Elias Zacarias, pela sua posse ocorrida hoje, na direção do Instituto Médico Legal, onde sucede ao Professor Ernani Simas Alves, designado para o cargo de diretor do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná.

O novo diretor do Instituto Médico Legal, professor de medicina legal em cinco faculdades de nossa capital é funcionário há mais de 20 anos do Instituto Médico Legal, onde vinha exercendo ultimamente as funções de chefe da Divisão de Administração.

Da decisão desta Casa requer outrossim que se dê ciência ao Dr. Elias Zacarias, bem assim ao Senhor Secretário de Segurança pela feliz indicação.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o deputado que este subscreve, requer com a aprovação do plenário, expediente ao Governador Jayme Canet Junior, formulando apelo no sentido de que o Chefe do

Governo determine, para que sejam construídas em regime de urgência. 10 dez salas de aula no Instituto de Educação de Maringá.

Já não há mais condições de utilização das 8 (oito) salas de madeira que fazem parte do complexo educacional do Instituto de Educação de Maringá. Construídas há quase vinte (20) anos, aquelas dependências estão completamente deterioradas, necessitando de improrrogável substituição.

Grandemente prejudicados estarão os alunos que utilizam esses "gaipões" se o Governo do Estado. AINDA AUSENTE DE MARINGÁ, entender tão justa e inadiável reivindicação.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

- 1 - Que o Ginásio do Tarumã, indiscutivelmente se constitui num dos pontos de maior atração turística de Curitiba;
- 2 - Que naquele local, periodicamente, são realizadas competições esportivas, convenções religiosas, culturais e afins, reunindo pessoas vindas de todos os Estados brasileiros e do exterior;
- 3 - Que, infelizmente, apesar da grandiosidade do Ginásio sistematicamente, nas reuniões citadas no item 2, se verificam falhas gritantes no serviço de som, pois, por incrível que pareça, o Ginásio não dispõe deste equipamento, provocando, em consequência, dissabores aos organizadores dos conclave e ao público, requerido, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando que S. Exa. se digne adotar as necessárias medidas visando solucionar o problema.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que, é dever do representante do povo permanecer vigilante ao desenrolar dos acontecimentos, especialmente no território do Estado ao qual legisla, tomando posições definidas sempre que for necessária a defesa da Lei e dos princípios mais elevados, reguladores da vida social;

Considerando que, para isso, é de vital importância a informação, reputando-se válida, até eventual verificação de imprecisão, a que for divulgada com excepcional riqueza de dados, notadamente através de credenciais e respeitável órgão da imprensa;

Considerando, finalmente, que após a formulação de requerimento, aprovado pelo douto plenário desta Casa, na sessão de sexta-feira transata, dia 31 de outubro, em vista de manifestação telefônica do Vice-Prefeito de Paraíso do Norte, Sr. Germano Sordi, ao Deputado subscritor e pesquisas levadas a efeito, concluiu-se não ter se constatado naquela cidade, os fatos narrados, havendo pleno respeito às convicções religiosas dos alunos dos estabelecimentos de ensino da localidade, nos quais não se encontram matriculadas as estudantes cujos nomes foram apontados, sendo, portanto, incorreta a notícia expedida pelo prestigioso jornal que a publicou, na edição da última quinta-feira, dia 30 de outubro.

Requeiro, na forma regimental, a sustação do andamento da proposição nº 8/31, que solicita o encaminhamento de expediente ao Secretário de Educação e Cultura, conforme especifica até ser apurado o município em que, por ventura, tenham ocorrido os estranháveis procedimentos, denunciados por um vereador de nome Fredezino Gonçalves Barbosa, em minucioso requerimento, unanimemente aprovado pela respectiva Câmara Municipal

e que foi transcrito e comentado na reportagem motivadora da prática do ato parlamentar deste Deputado.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário da Casa, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela passagem do 178º aniversário de emancipação política do município de Antonina, a comemorar-se no próximo dia 06 do corrente.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

Antonina vai comemorar no próximo dia 06 de novembro 178 anos de sua emancipação política, avançando mais um ano na sua história, deixando atrás um passado de lutas e tradições tão gratas ao coração da gente Capelista.

Deputado Estadual, representante do povo, sentimo-nos envaidecidos em representar nesta Assembléia Legislativa a brava gente antoninense.

Ao rendermos as nossas homenagens a Vale Porto e a todos os grandes vultos da história de Antonina, não podemos deixar de renovar as nossas esperanças em relação ao futuro.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 161/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescido um parágrafo ao Art. 56, da Lei 6417, de 3 de julho de 1973, com a seguinte redação:

§ 1º -

§ 2º - Os dependentes do Policial Militar falecido na ativa, definidos no art. 110 e seu parágrafo deste Código, continuarão percebendo o salário família enquanto perdurar essa condição.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A Lei 6417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, ao disciplinar o pagamento do salário família, deixou de reger a hipótese dos dependentes do policial militar que venha a falecer na atividade, criando uma situação que tem gerado as mais sérias dificuldades àqueles que já privados do estio do chefe de família, se vêem também privados do benefício do salário família.

Acresça-se ainda que o espírito da Lei é também o de amparar a família do policial militar, como se depreende de vários dos seus artigos, como o 110 e 112.

Não sendo previsto tal benefício na lei própria não há a necessária previsão orçamentária, sendo por isso de bom alvitre que se proceda a este acréscimo à Lei, o que virá corrigir a falha existente.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Nenhum homem sensato neste País é capaz de lucrar com a criação de um "suspense" em torno de dívidas externas e déficits comerciais. A opinião pública, por sua vez, já demonstra sinais de fadiga de tanto alarde com os tradicionais clichês de inflação, crise econômica e fictícios desastres gerados por um pessimismo anacrônico. Apesar dos pesares, o nosso País possui uma respeitável imagem no exterior, que ele próprio conquistou graças ao surto desenvolvimentista e sua inabalável vontade de progredir.

Ora, uma afirmação recente do matutino "El Clarin", da vizinha República Argentina, é a melhor prova a respeito: "Devemos seguir atentamente as manobras dos brasileiros, porque eles já adotaram a velha pragmática de nos surpreender com seus projetos-impecto. Os problemas do Brasil não passam de uma simples rotina da própria situação mundial. Enquanto isto, o Brasil já inaugurou uma formidável era para a sua economia com a surpreendente entrada do País na tecnologia nuclear".

Por mais absurdo que pareça, o Brasil é um dos pouquíssimos países que prossegue prosperando num mundo acossado por ininterruptas crises e sangrentos conflitos sociais. Somos talvez, o único País neste conturbado Planeta onde não ocorrem atentados terroristas, raptos de homens públicos e assaltos anarquistas a instituições bancárias. Além disso, somos uma das raras nações avançando num ambiente de paz interna e segurança, criando sistematicamente novos empregos e investindo corajosamente para a formação de uma grande potência mundial.

Estamos plantando para colher os frutos do porvir. Não cessamos de explorar as enormes potencialidades e, desde já assegurando que semelhante potencial seja convertido em triunfo de serventia ímpar. Não existe ser humano no Universo a desconhecer que o ano findo foi o maior choque que sofreu de novo custo do petróleo. E suas consequências se fazem sentir em todas as latitudes da Terra. Decorrente disso, verificou-se um decréscimo natural no ritmo nacional do progresso, mas semelhante redução é bem ínfima em relação aos outros países. Não obstante, existe no País um inquebrantável elo entre o setor empresarial e a classe trabalhadora, um arrojado mercado interno, fantásticas áreas disponíveis, formidáveis perspectivas para o setor agropecuário, um fabuloso potencial humano, um subsolo que guarda imensas riquezas e, finalmente, uma vontade desmedida de vencer.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A realidade que estamos enfrentando é que acabou para o Ocidente - inclusive para o nosso País - a idade heróica do progresso oriundo da fartura do petróleo e a preço acessível. Trata-se, segundo tudo indica, de um fato irreversível, que já afetou a próspera economia de muitos países. Entretanto, a situação não é tão precária e triste, pois a nossa produção de tratores aumentou com 23 por cento durante os primeiros nove meses do corrente ano, em comparação à idêntico período do ano de 1974.

Além disso, o setor de mecânica cresceu 14 por cento, de metalurgia 8 por cento, de indústria alimentícia 7 por cento, o de material de transporte e o de minerais não metálicos 6 por cento, a produção de automóveis e caminhões 5,1 por cento. Entrementes, o consumo de energia elétrica, que não deixa de ser um barômetro altamente revelador, registrou um crescimento expressivo de 10 por cento. Por sua vez, as vendas comerciais tiveram um aumento igual a 45 por cento em relação ao mesmo período do ano 1974.

Assim sendo, acho que falar em déficits, dívidas e débitos, com nada se contribui em nosso avanço com sempre maior número de obras e projetos, com trabalho e produtividade salvadora. Acredito piamente que o caminho do Brasil é o bom senso e o esforço; a ação e a coragem em prol da culminância de seu destino histórico.

Muito obrigado".

Sr. Presidente, na manhã de hoje, devemos ressaltar ainda,

estivemos presentes no Instituto Médico Legal, ocasião em que o Dr. Elias Zacarias era investido na Direção daquele Instituto, substituindo o Dr. Ernany Simas Alves, designado para o cargo de Diretor de Ciência e Saúde, da Universidade Federal do Paraná.

Devemos ressaltar que o novo diretor daquele órgão, Dr. Elias Zacarias, é professor de medicina legal em cinco faculdades, de nossa Capital, funcionário por mais de vinte anos do Instituto Médico Legal, onde vinha exercendo a função de Chefe da Divisão de Administração.

Por esta razão, aproveitamos ainda o Pequeno Expediente, desejamos encaminhar um requerimento através do qual estamos solicitando o beneplácito da Casa para que se consigne na Ata um voto de congratulações ao Professor Dr. Elias Zacarias pela sua investidura na Direção do Instituto Médico Legal do Estado do Paraná. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, segundo orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, venho a esta tribuna, para requerer que se processe na forma legislativa da Casa, um projeto de lei cuja súmula é a seguinte. (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 162/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Céu Azul a Santa Helena, passando por Vera Cruz e Diamante D'Oeste.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

s) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A região onde estão situadas as cidades de Céu Azul, Vera Cruz, Diamante D'Oeste e Santa Helena, tem na agricultura e na pecuária seus sustentáculos econômicos.

O transporte do gado e dos produtos agrícolas, tais como o soja, arroz, feijão, milho, trigo e outros, é procedido através da rodovia que se pretende incluir no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, para ser retificada e pavimentada.

O desenvolvimento do oeste paranaense é uma realidade que não se pode ser ignorada pelas autoridades, pois o Paraná cresce hoje de forma progressiva graças ao potencial econômico que se implantou ali por obra do pioneirismo encorajado daquele povo.

Proporcionando melhores condições às estradas de que se servem os citados municípios e distritos para o escoamento de suas safras, o Estado estará investindo a curto prazo, capacitando ainda o próprio tesouro para novas inversões públicas, o que qualifica o Governo de modo plural e projeta a consolidação de uma nova filosofia que será indubitavelmente reconhecida por todos.

Outrossim, a influência direta da Usina de Itaipu, incontestavelmente está a exigir a presença agressiva e imediata de um programa governamental eficiente e capaz de responder ao chamamento da iniciativa privada decorrente dessa grande usina, além dos fatores normais que propulsionam a crescente renda "per capita" regional derivada das atividades da lavoura, pecuária e indústrias".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em diálogo com as autoridades na mesma área, havemos por bem visando o maior acerto da atuação parlamentar, buscar no consumo dos representantes daquela área a unificação e a identificação dos esforços, no sentido de que aquela região, carente de estradas e que representa a grande produtividade agropecuária na região oeste do Paraná, possa ser dotada e

lembrada pelo atual Governo do Estado. E é com esse espírito e com este sentido, que em contato com o Deputado Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato e outros Srs. Deputados que tem interesse de mandar naquela região, elaboramos este Projeto de Lei.

É nosso interesse agrupar neste consentimento alguns deputados e pedir o apoio de toda a Casa para que S. Exa. o Sr. Governador possa sentir a sensibilidade não só vocacional do trabalho do povo daquela região, mas também se sensibilizar com as atividades agropecuárias e econômicas de modo geral que aquele povo reclama. Na justificativa ponderamos que "Na região onde estão . . . (continua lendo).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com vista a estes fatores relevantes da economia do Paraná que este grupo de deputados pretende também de forma parlamentar, auxiliar ao entendimento do que seja prioridade nas obras do Estado, e vêm se louvar neste projeto, para que o Governo e todo o organismo estatal, perceba a finalidade, a objetividade necessária do projeto que ora encaminhamos, e pedimos aos Srs. Deputados, apoio para que dele possa ter lucro, o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna nesta oportunidade, prende-se aos trabalhos que desenvolvemos na CPI, instalada para o setor educacional do Estado do Paraná.

Solicitamos já no início dos trabalhos desta CPI, para ser mais preciso, através do Ofício 04/75, protocolado na Secretaria de Educação e Cultura, no dia 01 de outubro passado.

Esse ofício leva solicitação da CPI para que o Sr. Secretário da Educação e Cultura enviasse a esta Comissão, com a maior urgência possível, todos os elementos, dados e estudos desenvolvidos por aquela Secretaria, a respeito do Estatuto do Magistério.

E hoje o Sr. Secretário da CPI fez a leitura do ofício enviado pelo Sr. Secretário de Educação, datado de 29 de outubro de 75. Portanto, após um mês àquela solicitação feita pela CPI, onde o Sr. Secretário acusa o recebimento do ofício, dizendo que, embora encontrando dificuldade pela pluralidade das solicitações feitas que envolvem todos os órgãos da Educação, estava empenhado em encaminhar as informações solicitadas.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Ofício 04/75 solicitava tão somente que o Sr. Secretário enviasse, com urgência, os elementos, dados, possíveis estudos desenvolvidos ou em desenvolvimento, na Secretaria de Educação e Cultura.

E ainda mais, com um pronunciamento valioso, na manhã de hoje, o Professor Osni Dalcol, Diretor do Colégio Estadual do Paraná, quando, respondendo nossa indagação que tinha conhecimento de uma comissão especial para elaboração do Estatuto do Magistério. SS. nos respondia que um amigo seu, o Professor De Luca, havia presidido a Comissão especial criada para elaboração do Estatuto do Magistério e concluído antes do "Dia do Professor".

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, constato, mais uma vez, o menosprezo por parte da Secretaria de Educação, a esta Casa, deixando de atender a tão simples solicitação feita há mais de um mês.

Mas, Sr. Presidente, requeri, hoje, na CPI, uma devassa na Secretaria de Educação, para o dia de amanhã, às 10 horas, o que foi aprovado pela CPI desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, ofício a esta Casa essa nossa decisão, visto que, se posições concretas não forem adotadas, se estaria desmoralizando um órgão oficial constituído por esta Assembléia Legislativa do Estado.

Poderia o Sr. Secretário de Educação corresponder a genti-

leza da CPI, enviando o estudo que se encontrava elaborado em sua pasta.

Deixamos de nos utilizar na CPI, do poder que a lei nos assegura, e proporciona abrindo mão da visita e da ida para devassa, para procurar, para pesquisar na Secretaria de Educação visando não criar nenhum problema administrativo para a Pasta da Educação no Governo do Estado.

Assim sendo, Sr. Presidente, pelas razões que acabamos de expor, para conhecimento desta Casa, foi aprovado na reunião da manhã de hoje da CPI, a instalação de nossa Comissão, amanhã, às 10 horas, na Secretaria de Educação, quando, através desse trabalho, dessa devassa, haveremos de localizar o estudo elaborado pela Comissão Especial, que desenvolveu um trabalho secreto, sigiloso no Estado do Paraná — não sabemos porque, sobre o Estatuto do Magistério.

Esperamos que o órgão oficial da Secretaria de Estado atenda os requerimentos e as solicitações da CPI, para que não sejamos levados a concluir que realmente não devemos abrir mão do direito e da obrigação da CPI, de fazermos valer o que lhe assegura a lei para a busca de todos os documentos sobre os assuntos que interessam à CPI.

Assim sendo, face ao ofício dado a conhecer, hoje, na CPI, estaremos reunidos amanhã, às 10 horas, na Secretaria de Educação em busca do documento solicitado há mais de 30 dias e até hoje não enviado a esta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, quinto orador inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna no Pequeno Expediente, na tarde de hoje, para ler na íntegra a homilia lida por D. Paulo Evangelista Arns, por ocasião do culto ecumênico em memória do jornalista Wladimir Herzog.

Tomamos esta iniciativa, Sr. Presidente, para que fique registrado nos Anais desta Casa, documento da mais alta importância para que um dia a história possa julgá-lo.

Essa a íntegra da homilia lida por D. Paulo Evaristo Arns, segundo publicação no jornal "O Estado de São Paulo", do dia 11 de outubro: (Lê):

"Estamos diante de Deus, único dono da vida, Senhor da história e esperança dos que n'Ele confiam.

De fato, Deus é o Dono da vida. Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor em favor dos demais homens.

Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão.

Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade — repito — a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso irmão, pela qual somos responsáveis tanto individual, como coletivamente.

Jamais poderemos delegar poder algum que vá contra esta disposição de Deus e que vá contra nossa missão histórica.

Deus é também Senhor da História. Ao longo de toda a experiência humana, incentivou Ele os homens a se unirem e a marcharem juntos para construir um mundo de paz, onde os pobres não fossem oprimidos e ninguém fosse opressor.

As marchas da História, quando feitas para unir os homens em favor de todos, sempre tiveram um Deus que caminhasse à frente deles, como uma coluna de fogo durante as noites, e como a coluna de defesa durante os dias.

O Senhor da História não aceita a violência em fase alguma, como solução de conflitos. Prefere sacrificar o próprio Unigênito para que não morram os demais irmãos. No meio da caminhada, oferece-lhes o Decálogo, para os orientar. E, no meio do Decálogo, aparece a ordem, como imperativo inarredável,

princípio universal, indiscutível: Não matarás. Quem matar, se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.

Nosso Deus é um Deus de esperança. Acontece facilmente que esquecemos o nosso Deus, quando achamos que sozinhos resolvemos os problemas. Mas Ele está aí, na hora do caos, na hora do desespero, nos acontecimentos sem saída. Ele se apresenta como Deus da esperança e da salvação, volta a apontar-nos o caminho da Justiça, a caminhada da solidariedade nas sendas da paz.

Justiça que respeite a todos e não prejudique a ninguém. Justiça que não exclua o perdão, se este for o adubo de uma Justiça maior. Justiça que possa consubstanciar-se nas leis, mas que tenha sua força no interior de cada homem, disposto a dizer a si mesmo e aos outros: Basta.

É hora de se unirem os que ainda querem olhar para os olhos do irmão e ainda querem ser dignos da luz que desvenda, a falsidade. A esperança reside na solidariedade. Aquela solidariedade que é capaz de sacrificar os egoísmos, individuais e grupais no altar de uma Pátria, no altar de um Estado, e no altar de uma cidade”.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que está esgotado o tempo que dispunha mas concedo mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluirei, Sr. Presidente, “Neste momento, o Deus da esperança nos conchama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente, crescente, corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolo os filhos de Wladimir Herzog, sua esposa e sua mãe.

O Deus da vida, o Deus da História e o Deus da esperança coloca em nossas mãos a missão, exigente mas pacífica, oposta a qualquer arbitrariedade e a qualquer violência, mas temos em nós de divino e de mais humano: Construamos a Paz, na Justiça e na Verdade!”

Desejo um minuto a mais, Sr. Presidente, a fim de que possa atender a uma solicitação do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, para encaminhar o seguinte requerimento. (Lê): “Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, usando de suas prerrogativas legais, respeitosamente requerem a V. Exa., após ouvido o Plenário, se digne encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, no sentido de que seja feito convênio com a Prefeitura Municipal Laranjeiras do Sul, a fim de promover reparos e conservação de estradas, principalmente entre as localidades de Guaranizinho e Jacutinga, que há cerca de 3 anos não têm recebido máquinas.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

aa) FIDELCINO TOLENTINO

TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O município é de formação geográfica grandemente acidentada e os recursos do Poder Municipal são limitados, o que torna quase impossível os constantes reparos e conservação que as rodovias inter-municipais e municipais exigem.

O surto de progresso é crescente na região, incentivado agora por dois fatores principais que são a agricultura pecuária, e os efeitos da Usina de Salto Osório, além de aspectos econômicos derivados da madeira.

De outra parte, as injunções regionais e o desenvolvimento integrado dos investimentos programados pelos governos federal e estadual, impõem a presença de melhores condições de tráfego e necessariamente há que se fazer, no mínimo convênio com o Município senão com as forças do próprio Estado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por iniciativa do MDB, esta Assembléia concluiu os seus trabalhos no primeiro semestre, tendo aqui nesta tribuna a presença do ilustre Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após serenada a crise que o País se viu envolto e a imprensa começa a especular em torno de um possível remanejamento do Secretariado do Governo em nosso Estado, se infere daí, que o próprio Governo ou que parcela do Partido do Governo se preocupam com a mudança fática ou estratégica de administração de Estado, e se pensa então, no remanejamento de Secretários de Estado.

Acredito eu que tais Secretários para mudarem de posição no time do Governo, teriam que ter, ao menos, deixado, nas diversas Secretarias que ocupam, alguma coisa de concreto, alguma coisa de positivo, para ser analisada.

Mas dizia eu, Sr. Presidente, que por iniciativa do nosso Partido compareceu aqui o Secretário da Educação e Cultura, para ser interpelado pelos Srs. Deputados, a fim de que se soubesse o andamento das coisas da educação, neste Estado.

De viva voz, ficamos cientes de que o Governo finalmente enviaria o Estatuto do Magistério à apreciação desta Casa de Leis, no correr do mês de outubro próximo findo, afirmativa esta feita pelo Sr. Secretário da Educação, num programa de televisão a que compareceu, nesta Capital, e que afirmava categoricamente não passar do mês de outubro, o prazo que o Governo solicitava então, para que o Estatuto fosse enviado à esta Casa.

Tivemos a iniciativa arrojada e independente, de um Deputado das hostes governistas, Deputado Gabriel Sampaio, cujo Projeto, a partir de então, por convenção mútua entre os Deputados, ficou paralisado nesta Casa, aguardando-se então a iniciativa constitucional do Governo do Estado, a fim de que o Estatuto fosse remetido à Assembléia Legislativa. E como disse, Srs. Deputados, e quero chamar a atenção da Presidência desta Casa, para uma gravíssima irregularidade ocorrida no plenário desta Assembléia, quando não constou no Diário da Assembléia, as palavras proferidas pelo Secretário de Educação, porque nenhum Deputado do MDB ao menos desta Casa, a transcrição obrigatória das notas taquigráficas que foram as palavras do Sr. Secretário de Educação nesta Casa e que não passou a constar do Diário da Assembléia. Chamo à atenção da Presidência esta irregularidade porque isto deve constar e futuramente...

(É interrompido)

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Solicitaria a V. Exa. que me respondesse ao tema que estou me referindo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queríamos o aparte para abordarmos o tema que está se referindo. Acho que V. Exa. não pode atacar a Presidência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Não estou atacando. Chamo a atenção da Presidência o que é um direito que me cabe. Eu lhe cassarei o aparte, se V. Exa. continuar tergiversando.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, é norma, é praxe desta Casa, pelo menos entre os colegas, os companheiros, o diálogo e não vamos admitir aqui a menos que V. Exa. suspenda esta sessão, que a Presidência seja atacada, a Comissão Executiva seja atacada, de maneira incoerente, porque também nós homens e neste momento em que se ataca a Presidência desta Casa, nós protestamos contra isto. Estou respondendo a questão de ordem.

O SR. NILSO SGUAREZI — O nobre Deputado invoca que artigo do Regimento?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pelo menos o Deputado que está na tribuna tenha a educação de não adivinhar o pensamento do Deputado que lhe pede clemência, pelo menos, se é para tumultuar, se é para vilipendiar e levar isto aqui em baderna.

(É interrompido pela Presidência).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência respondendo em questão de ordem do nobre Deputado, esclareço, que o aparte é concedido pelo orador quando ele assim o permite, e que não cabe o recurso de V. Exa. apesar da Mesa agradecer a V. Exa. Continua com a palavra o nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — E quero dizer a V. Exa. que esteve aqui o Sr. Secretário de Educação e Cultura, respondendo perguntas dos eminentes Srs. Deputados sobre todos os aspectos da Educação do Paraná. E entre outras afirmações ficou claro de que o Estado, através do Governador, enciaria a esta Assembléia o Estatuto do Magistério mais tarde, em outubro deste ano. Já estamos em novembro, Sr. Presidente, e não deu entrada nesta Assembléia desta Mensagem do Governo.

Numa reunião da bancada do MDB, este Deputado porpôs que se interpelasse judicialmente o Governador do Estado se pretendia fazer, se pretendia cumprir as disposições da Lei da Reforma do Ensino do Brasil, a 5.692, posteriormente com a vinda do Secretário de Educação e da afirmativa de S. Exa., de que era pretensão do Governador do Estado enviar o Estatuto do Magistério e a fixação do prazo para o envio, julgou conveniente a bancada que se aguardasse o envio de Mensagem e que também se procurasse, não se preocupar levar avante o Projeto apresentado nesta Casa, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, transcorrido o prazo fixado pelo próprio Governo, o Estatuto do Magistério não veio e então é de se perguntar seria suficiente que tivéssemos que voltar como tantas vezes vieram os homens do MDB aqui clamar contra o Governo que não envia o Estatuto do Magistério e seriam as palavras do MDB que na lógica não representando uma aspiração do professorado do Estado, ou deveremos continuar clamando nesta Casa para que o Governo envie o Estatuto do Magistério.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, inicialmente, devo dizer a V. Exa. que a iniciativa de convocação que culminou com a presença neste plenário, do Sr. Secretário de Educação, foi do deputado da Arena, Deputado Gabriel Sampaio.

V. Exa. a sua emoção do discurso que pronuncia, deu como iniciativa da bancada de V. Exa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr me permite, devo dizer, e lembrar-lhe que V. Exa. foi o único Deputado da ARENA que ficou no plenário, quando a ARENA, para não dar quorum e atender o pedido do MDB, levantou uma questão de ordem, de que não havia quorum para votar a matéria. Portanto, a iniciativa cabe ao MDB.

O SR. IVO THOMAZONI — Apenas para informar nobre Deputado, a consequência deste requerimento foi de um Deputado da Arena que pediu a presença de S. Exa. neste plenário.

Mas acompanho o discurso de V. Exa., V. Exa. cobra com insistência do Governo do Estado, a remessa da Mensagem, daquele anteprojeto de lei que deverá formular o novo Estatuto do Magistério.

V. Exa. diz ser imperativo de Lei Maior, e que o Governador Jayme Canet Junior, em cumprimento a este dispositivo, remeter este Estatuto. Lembro a V. Exa. que o Estado do Paraná dispõe de um Estatuto, é verdade desatualizado, mas quer, eminente Deputado, para salvaguardar qualquer pretensão de se atribuir culpa maior que V. Exa. está, e sabe disso, estudando um anteprojeto de lei já remetido a S. Exa. o titular da Pasta da Edu-

cação e Cultura para verificar a oportunidade de apresentá-lo ao Poder Legislativo.

Não vejo também a Lei Maior que fixe prazo á esta remessa. Não está o Governo infringindo nenhuma Lei ao retardar o envio do Estatuto. V. Exa. afirma que o Secretário de Educação fixou o mês de outubro para a remessa do Estatuto, o que não confere com a verdade.

S. Exa. disse desta tribuna que enviaria no segundo semestre deste ano, e eu entendo que no segundo semestre, corresponde a julho a dezembro. Não vejo pois razão para que V. Exa. se irrite, por querer cobrar com tanta veemência do Governador do Estado o cumprimento de uma promessa que o Governo não fez.

O SR. NILSO SGUAREZI — Proclamo com veemência porque dívida deve ser cobrada, es há alguém que deve cumprir com o papel de cobrador de dívida do Estado, é o MDB. Cobrar a dívida do Governo aue através da afirmativa clara do Sr. Secretário, tomamos conhecimento no Programa "Grandes Encontros", que S. Exa. enviaria em outubro, as mensagens. Entendo que o mês de outubro começa no dia primeiro e acaba no dia 30. E V. Exa. amplia este prazo para o segundo semestre.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre companheiro que honra esta Casa pelas decisivas posições que vem tomando em defesa de todas as classes trabalhistas, principalmente com a classe que se relaciona com a Educação no Paraná.

Pela primeira vez, se faz a afirmativa de que o Sr. Governador do Estado já recebeu o anteprojeto do Estatuto do Magistério. Isto porque, até a manhã de hoje, para a CPI, era fato desconhecido, lamentavelmente.

Não se concebe, ilustre Deputado, que o Estado proceda a elaboração de um anteprojeto do Estatuto do Magistério, a portas fechadas, em sigilo, secretamente. O Sr. Secretário de Educação e Cultura estaria faltando até mesmo com a CPI, tema que abordamos, há pouco, desta tribuna, visto que o Estatuto já está elaborado, até mesmo concluído.

Volto a lembrar que em primeiro de outubro, requeremos à Secretaria de Educação, com a maior urgência, todos os dados, elementos e estudos desenvolvidos por aquela Secretaria, a respeito do Estatuto.

E tão somente hoje, através da palavra do ilustre Diretor do Colégio Estadual do Paraná, tivemos conhecimento de que uma comissão especial teria sido constituída para elaboração do Estatuto do Magistério. Tão somente 30 dias após a constituição da CPI, o Sr. Secretário de Educação envia ofício dizendo que se empenhará em atender as informações solicitadas, tendo, no entanto, deixado de enviar os estudos que possui, pois que o Estatuto do Magistério já foi elaborado e concluído no "Dia do Professor" de acordo com as informações do Sr. Diretor do Colégio Estadual do Paraná.

Assim sendo, seria do interesse do povo paranaense e desta Casa, que se conhecesse este estudo tão polêmico e anunciado há vários meses e até hoje não tivemos conhecimento.

E estaríamos, Sr. Presidente, conforme requerimento de nossa autoria, na CPI, procedendo a uma devassa na Secretaria de Educação, visto que o Sr. Scretário deixou de atender a um simples pedido de nossa Comissão.

Então, tão somente através desta medida que a lei assegura a nossa Comissão, amanhã, teremos conhecimento do Estatuto do Magistério e também de outros elementos que havíamos solicitado.

Se a Educação do Paraná caminha mal, que se procure fazer alguma coisa no sentido de melhorá-la.

Fico com V. Exa. ilustre Deputado Nilso Sguarezi, e o aplaudo pelo oportuníssimo pronunciamento feito nesta tarde.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa. e quero deixar bem claras as minhas palavras na tribuna.

Minha crítica não é tão somente ao Sr. Secretário de Edu-

cação e Cultura. S. Exa. como todos os Secretários de Educação deste Estado, afetos à problemática do ensino, cumpriram com suas obrigações.

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado, para esclarecer o seu pronunciamento, devo dizer que está nas mãos da Presidência o "Diário da Assembléia" do dia 30 de junho de 1975, onde reproduz na íntegra, a visita do Sr. Secretário de Educação, bem como os depoimentos de S. Exa. como todas as perguntas e respostas. Fica assim, portanto, a Mesa eximida, creio eu, da culpa de não ter sido publicada a Convocação do Sr. Secretário.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o esclarecimento de V. Exa. Apenas ocorreu o seguinte: só hoje, depois que cheguei a esta tribuna, é que esse Diário chegou às minhas mãos. Porque nenhum dos Deputados do MDB recebeu, como normalmente ocorre. O Diário do dia 30 de junho na sua Caixa Postal. Portanto, quero fazer essa ressalva. Embora publicado, não chegou às mãos dos homens do MDB, este Diário.

Mas, respondendo ao aparte do Deputado Del Ciel, preocupado com as coisas da educação, dizia eu, para se fazer justiça, ao Secretário de Educação neste aspecto, ter ele cumprido com sua obrigação enviando ao Governo do Estado, e deve ter o Governo e falo, como pessoa jurídica nos vários governos que por aqui passaram, o Estatuto do Magistério. Toda a classe dos professores sabe disso. O que ocorreu até agora, que não houve coragem suficiente do Governo para enviar o Estatuto a esta Assembléia.

Se agora chegou novo anteprojeto de Estatuto, se renovam as esperanças, esperanças que por mais de três vezes já tiveram os professores do Paraná. Aguardamos que efetivamente desta vez venha o Estatuto.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Exa., por me ter permitido este aparte. Inicialmente, queria manifestar mais uma vez minha admiração e respeito pela decência, coerência e pela inteligência de V. Exa.

Gostaria de aproveitar a ocasião para aduzir alguns elementos que julgo importante em apoio ao tema que V. Exa. aborda na tarde de hoje desta tribuna. Realmente o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Sr. Borsari Netto, declarou aqui nesta Assembléia, desta mesma tribuna, e desse mesmo microfone que V. Exa. ocupa nesta hora, que o Estatuto do Magistério aqui estaria até o mês de outubro que recentemente findou. Ainda na manhã de hoje, numa rua, um homem do povo nos informava que o atual Secretário de Educação prometera pela televisão, no programa do falecido jornalista Walcimar José de Souza, que aqui estaria o Estatuto do Magistério até o dia 15 de outubro.

O Sr. Secretário de Recursos Humanos esteve no mês de setembro na cidade de Campo Mourão e ali afirmou, conforme notícia publicada pelo jornal "Folha de Londrina" e depois tentada de ser retificada, mas que não podia, porque a afirmativa tinha sido incisiva, de que o Estatuto viria até o dia 15 de outubro, a esta Assembléia.

Posteriormente, esteve aqui nesta Assembléia, o Sr. Secretário do Planejamento para analisar conosco o Orçamento do Estado e, naquela ocasião, quando interpelado pelo Deputado Del Ciel, se o orçamento previa recursos para possível, eventual aplicação do Estado, o Sr. Secretário Belmiro Valverde disse expressamente que o orçamento do Estado do Paraná, para o próximo ano, tinha condições e previsão para suportar a aplicação do Estatuto do Magistério, se aprovado pela Assembléia.

Nós estamos, Sr. Deputado, praticamente no fim das sessões deste período legislativo. Por mais um mês ainda teremos sessões. Comenta-se que a Assembléia seria convocada extraordinariamente para votar leis de importância e de interesse do Estado, quais sejam referentes aos empréstimos que pretende o Governador fazer, e que viria também à Assembléia e teria que

votar a lei que cria os cargos previstos na nova lei de organização judiciária. Li, também, nos jornais que a Assembléia seria convocada extraordinariamente para votar ou para discutir uma possível mensagem que seria enviada pelo Governo que altera a legislação do ICM.

Creio que todos os Srs. Deputados, tanto do MDB como da ARENA se dispõem com maior prazer, em trabalhar, inclusive no recesso, para aprovar leis de tamanha importância como estas. Ficariamos muito mais contentes e trabalharíamos até sem remuneração, mesmo durante o recesso, para aprovar o Estatuto do Magistério que os professores do Paraná reclamam há tanto tempo e que os governos durante anos, prometem e prometem, mas protelam e protelam.

Agora é uma questão de palavra, ou o Governo cumpre a sua palavra, ou nós o consideraremos então, um Governo sem palavra.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Na ordem das solicitações, concederei o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Prezado Deputado Nilso Sguarezi, gostaria, uma vez que participamos, também, juntamente com os demais Deputados, da reunião realizada ao apagar das luzes do primeiro semestre, no dia 30 de junho, em que compareceu aqui o Sr. Francisco Borsari Netto, Secretário da Educação.

A pergunta foi feita diretamente por mim ao final inclusive da relação de oradores inscritos e, para o bem da verdade, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, acho que tenho esta condição de imparcialidade para fazer duas ponderações.

A primeira delas é que realmente, oficialmente o Sr. Borsari Netto prometeu nesta Casa que enviaria ao Sr. Governador do Estado, para que enviasse a Mensagem a esta Casa, o Estatuto do Magistério no segundo semestre do segundo exercício, ou seja até dezembro.

A segunda ponderação, Deputado Nilso Sguarezi, a de que estarei solidário com V. Exa. se esta palavra não for cumprida.

Mas eu acho, se bem que V. Exa. baseia sua argumentação com relação a um programa que não vi, que foi "Grandes Encontros", onde o Sr. Borsari Netto teria declarado que viria no mês de outubro, que deveremos considerar para o bem deste Estado e do Magistério do Paraná, que a palavra oficial, a palavra que foi dita nesta Casa de Leis deve credenciar ao Sr. Borsari Netto o prazo do segundo semestre, que terminará oficialmente no dia 5 de dezembro, caso a Assembléia não seja convocada para sessão extraordinária.

Diria também, que devemos dar um crédito de confiança. Faltam apenas sessenta dias para terminar o ano e talvez o Sr. Governador do Estado venha convocar esta Assembléia para que se discuta e se aprove o Estatuto do Magistério.

Aqui retifico o que disse anteriormente que estarei com V. Exa. com sua bancada apoiando, como já fiz anteriormente com relação à convocação do Sr. Secretário de Educação, estarei solidário com V. Exa. Se até o prazo dado pelo Sr. Borsari Netto, o Governo não mandar o Estatuto serei um dos primeiros a ir à tribuna para chamar o Governo de mentiroso.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa. e consulto ao Deputado Gabriel Manoel se deseja ainda dar o seu aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Nobre Deputado, o esclarecimento que eu deveria fazer já foi feito pelo eminente colega que me antecedeu, Deputado Gabriel Sampaio.

Nós pediríamos a V. Exa. aquelas desculpas, e que também V. Exa. dentro daquela ética que rege esta Casa ou pelo menos, os homens de boa vontade, que, a bancada da ARENA não fosse atacada, porque o Governo há de cumprir com sua palavra, por-

que nós sabemos que S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura tem palavra, e que S. Exa. o Governador trata a todos os paranaenses com a educação peculiar aos homens de boa vontade. Trata ambas as bancadas, com toda educação, sem menosprezar ou atacar quem quer que seja.

Pediríamos a V. Exa. Deputado Nilso Sguarezi, que, no seu afoitismo, na sua vontade de trabalhar pelo seu povo, moderasse suas palavras ao atacar os homens da Arena, porque não podemos assistir de camarote V. Exa. tripudiar, vilipendiar homens que também como V. Exa., querem o bem do Paraná, querem o bem desta classe sofrida, que é a classe do funcionalário público.

A V. Exa., nobre Deputado, os nosso respeitos e, pelos nossos cabelos encanecidos pedimos, como colega, como amigos, e como companheiro desta Casa, que V. Exa. dê um pouco mais de tranquilidade para que possam cumprir com a vontade do Governador, que há de cumprir com sua promessa.

Quero pedir a V. Exa. minhas escusas por haver me tornado tão grosseiro para com V. Exa., e que V. Exa., também peça suas escusas quando, como eu, torna-se tão grosseiro para com seus companheiros e com a Presidência.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. está incorrendo num pequeno erro de inversão.

Erro de inversão ao querer dizer que estamos faltando com a educação, para com o Sr. Governador, e, que ele nos trata com educação. A nossa vinda ao plenário não se prende a pedir que o Governador nos trate com educação, mas sim que o Governador trate da educação, eminente Deputado.

Mas, Srs. Deputados, eminente Presidente desta Assembléia, e especificamente ao Sr. Líder do Governo um reparo em seu aparte:

Afirmou o Líder do Governo de que não existe um prazo legal para que o Governo do Estado enviasse o Estatuto do Magistério.

Não podemos concordar com esta afirmativa, em hipótese alguma, porque se não existe um prazo fixo na lei da reforma do ensino, se não existe um prazo legal, se não existe um prazo normal, e é por isto talvez, por contingências como estas que nós vemos estampada no jornal de maior circulação no Brasil, uma manchete estorrecedora, no dia 29 de outubro, em o "ESTADO DE SÃO PAULO", esta manchete:

REFORMA DO ENSINO — PLANO UTÓPICO' É uma CPI no Congresso Nacional devassando o MOBRAL, são CPIs por todo o Estado, investigando a educação e, se ouve numa Assembléia em nome de uma liderança do Governo, que não existe prazo para o envio do Estatuto do Magistério.

Eminente Líder, não posso aceitar, não posso concordar com V. Exa. se V. Exa. usa este argumento como para justificar o fato do Governo não ter enviado o Estatuto do Magistério, porque assim estaria V. Exa. diante desta afirmação, desta argumentação, no ano 2.999 ainda escorado neste dispositivo legal — de que ainda não estaria esgotado o prazo, simplesmente porque ele não existe.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pedi o aparte, para que eu não fique devendo ao plenário, culpa que eu não pretendo ter.

Inicialmente, afirmei que o Sr. Secretário havia, desta tribuna, se comprometido de gestionar junto ao Sr. Governador, para enviar a esta Casa o Projeto do Estatuto, no segundo semestre deste ano. É o que consta do Diário Oficial da Assembléia nº 75, página 22, em que S. Exa. responde uma indagação do Deputado Luiz Gabriel Sampaio; em segundo lugar, afirmei que o Sr. Governador do Estado, em nenhum instante se comprometeu com esta Casa ou com o magistério, ou quem quer que seja, com prazo estabelecido para a remessa desta mensagem, não há nenhum compromisso formal de S. Exa. neste sentido. Há, eminente

Deputado, um trabalho do Sr. Secretário de Educação e Cultura neste sentido, mas quando V. Exa. cobrava com tanta violência em que disse que a Lei Maior impõe ao Governador do Estado, sem fazer menção específica à lei, eu apenas, para justificar a posição do Governo, em que não há nenhuma obrigação estabelecida em Lei, embora eu disse e repito, entendemos todos que o atual Estatuto do Magistério está superado, merecendo ser atualizado.

Gostaria, como brasileiro e paranaense que é, como homem preocupado com a administração pública também do Estado, porque nós devemos nós preocupar para que o Estado assuma e possa saldá-los, porque onerar o Estado não significa o atendimento da classe do magistério. Se aprovada uma medida que possa significar aumento dos compromissos do Estado sem poder este fazer face ao compromisso assumido com a aprovação daquela lei, deixe V. Exa. e permita que o Governador ouça o pronunciamento do Secretário de Finanças, para que diga de que maneira se fará e que terá o Governador suporte para fazer face ao compromisso maior, porque há outros funcionários que também merecem receber mais. Porém há um compromisso de ordem administrativa que deve ser estudado e não se deve exigir do Governo medidas precipitadas, porque será amanhã o Sr. a reclamar do Governo o atraso no pagamento do funcionalismo, que não existe, mas que existirá fatalmente se esta Assembléia não tiver o cuidado de conceder um aumento compatível e dentro do suporte financeiro do Governo do Estado. V. Exa. entenda uma coisa, o Governador está mais preocupado que nós em atender a classe do Magistério, que merece do Governador e de todos nós o respeito pelo sacrifício que faz ganhando tão pouco e exercendo significante profissão, mas permita V. Exa. que se tomem medidas que amanhã, nós mesmos nos arrependamos de tê-las tomado. Que se faça administração com seriedade e que não ocorra o que ocorreu antes do Governo da Revolução, de atraso do funcionalismo de seis, oito meses até 10 meses, com o Governo desacreditado, os fornecedores com vales, que se davam aos funcionários públicos. Hoje se pode pagar pouco mas em dia, que se pretende que se pague mais mas tendo suporte para o pagamento. Tenho informações de que o Sr. Secretário cumpriu o compromisso do envio da minuta do antigo Projeto de Lei e agora outros Secretários estão a analisar para que o Governo veja da oportunidade de remetê-lo a esta Casa. Quero crer que o trabalho de tão grande envergadura não pode ter precipitação na sua votação e análise. E permita V. Exa. que o Governador continue tratando as coisas da administração com serenidade. É verdade que as vezes com morosidade, mas que o faça pelo bem da administração e tendo em alta conta o interesse do Magistério do Estado.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concordo com a argumentação de V. Exa. em partes. Mas devo afirmar a V. Exa. que atraso de vencimentos de professores não foi privilégio anterior a 73. Ainda no ano passado os professores da minha região e da sua, protestavam contra o atraso do pagamento, já por seis meses.

O SR. IVO THOMAZONI — Não professores com padrão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Não vamos fazer distinção de filigramas jurídicos.

O SR. IVO THOMAZONI — Refiro-me a funcionários públicos estatutários.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, fico em dúvida no momento, em saber quem poderia estar com a razão ou com a verdade. Se o problema relacionado ao atraso do envio do Estatuto se prende ao setor econômico-financeiro do Paraná, já de há muitos anos atrás.

As Associações fizeram a sadia sugestão ao Governo do Estado do Paraná para que implantasse parceladamente. E se isto não bastasse quando aqui esteve o Secretário do Planejamento

discutindo o Orçamento do Estado, nos preocupamos em indagar se havia reserva de recursos para a implantação do novo Estatuto do Magistério no Paraná, quando o Sr. Secretário nos assegurava desta sua preocupação e da reserva na dotação orçamentária para a implantação do novo Estatuto do Magistério.

Com relação a problema de ordem financeira, devemos reconhecer que a situação é bem pior do que temos conhecido publicamente, mesmo porque recebemos do interior do Estado, por exemplo, boletins escolares com propaganda de casas comerciais. Exemplo este que hoje levamos à CPI, mostrando a nossos companheiros e que deveremos dar encaminhamento posterior.

Se o Estado hoje não abastece esses estabelecimentos de ensino nem mesmo de boletins e livros de chamada, para quando poderemos aguardar a solução para o Estatuto do Magistério, que é uma exigência da Lei 5692, como bem sabe o Líder do Governo? Acontece que o Estado do Paraná, através de decreto, prorrogou o prazo para a elaboração e apresentação do Estatuto do Magistério. Seu prazo foi esgotado. Como afirmei, a educação no Paraná é secreta, mas que ofereça condições ao Governo do Paraná para continuar se beneficiando dos recursos federais que o Estado tem recebido sem ter apresentado seu novo Estatuto do Magistério.

Não sabemos com quem está a verdade. Se com o Secretário de Educação e Cultura, que, de acordo com a liderança do Governo, afirma ser o problema econômico-financeiro ou com o Secretário de Planejamento que afirma ter reservados recursos necessários para a implantação do Estatuto para o próximo ano.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte e desejo concluir minhas palavras especialmente endereçadas à liderança do Governo.

Talvez sejam elas destituídas até de fundamento legal, mas faço desta tribuna uma advertência de que se até o fim deste período legislativo, até cinco de dezembro o Governador do Estado não enviar a esta Assembléia a mensagem para a Casa discutir o Estatuto do Magistério, este Deputado pleiteará na bancada da oposição e se a bancada lhe negar endosso, pessoalmente, na condição de Deputado Estadual, estará indo à Justiça deste Estado numa notificação e interpelação judicial, concedendo o prazo máximo de trinta dias ao Governo do Estado do Paraná para que envie à Assembléia o Estatuto do Magistério sob pena de, se não o fizer nestes trinta dias, propor uma intervenção federal neste Estado, por descumprimento de lei federal, previsto na Constituição Federal e na do Estado.

É a advertência que quero fazer ao Governo do Paraná na condição de Deputado Estadual, estarei entrando na Justiça com uma interpelação judicial, no dia seis de dezembro, para conceder o prazo de trinta dias, concedendo prazo judicial ao Governo do Estado do Paraná, para que envie o Estatuto do Magistério sob pena de este Deputado pleitear a intervenção federal neste Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Há mais de dois meses, anunciávamos desta tribuna e pediríamos uma CPI para verificar os inúmeros problemas que envolvem o trabalhador rural, o homem do campo deste Paraná. Esta CPI embora tivesse tido o seu requerimento com a subscrição de 18 Srs. Deputados, foi exigido por determinação de ordem legal, por influência do meu Partido e da nossa própria liderança, achou-se de bom alvitre que se nomeasse uma comissão para estudar os ângulos da constitucionalidade e as possíveis exorbitâncias que devem constar daquele requerimento.

Nós entendemos, que pela decorrência do tempo, houve uma tentativa de obstar um trabalho nosso que fundamentalmente, e hoje o magistralíssimo, porque o lavrador do Paraná a cada dia que passa, se encontra cada vez mais pobre, mais abando-

nado e mais esquecido, principalmente pelas áreas competentes, da resolução dos seus projetos.

Amanhã, às dez horas, o meu Partido se reunirá e a bancada do meu partido, naturalmente, há de dar a posição da constitucionalidade ou não, da CPI que se pretende pedir e se inconstitucionalidade for levantada encaminharei meu trabalho ao âmbito federal, porque o que vemos e sentimos, principalmente neste Paraná, é o degradante êxodo rural, é o abandono do homem da terra, é o esfomeamento de famílias inteiras que abandonam o campo e vêm para as cidades. Parece-me que gritar de nada vale que denunciar não dá nenhum passo à conquista; que falar não acorda a consciência de ninguém. Apenas, para fazer um retrospecto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há quase dois meses passados, anunciei desta tribuna que iria pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o homem do campo; entretanto a mesma se encontra em mãos da Liderança do meu Partido, para analisar não só a viabilidade, mas também o aspecto funcional da CPI, que se pretendia criar, para buscar solução dos inúmeros problemas que afetam o lavrador brasileiro, e muito especialmente o do Paraná.

Em análise fria, porém incontestável, pudemos discurrir, nesta oportunidade, com certa profundidade sobre o triste abandono que vive nosso lavrador, e muito pior, porque, além de ser totalmente abandonado, sem qualquer apoio objetivo, tem sido ele vítima de assaques econômicos que o empobrece de forma mais aviltante.

Para se ter uma idéia do abandono e até da falta de crença do homem do campo, podemos observar estatística recente sobre o aproveitamento da terra, neste País. Existe, hoje, cerca de trinta milhões de milhas quadradas de terras, para o homem habitar e tirar dela os recursos necessários à sua sobrevivência. Entretanto, apenas 10 por cento dessa imensa área rural tem sido cultivada, e diga-se com condições de provar — o êxodo rural se agrava a cada dia que passa. E se medidas não forem tomadas, esse número aumentará, a cada ano que passa.

Quando podemos explorar treze milhões de hectares, exploramos apenas um bilhão e trezentos milhões; onde trabalham 250 milhões de criaturas que, praticamente, não conhecem outras ferramentas senão a enxada.

A proporção de aproveitamento de terra é de 2,5 acres, cultivados por pessoa. E decai, anualmente, para 1,7 acre, por pessoa, agravando essa disparidade paulatinamente, com o incremento da população.

Todas as esperanças residem nas mágicas da tecnologia.

Apenas cinco países do universo estão produzindo mais comida que o consumo exigido pelo seu povo; são esses, os únicos portadores de condições de exportar, aumentando assim, a cada ano, riqueza e a sua soberania econômica, dando cada vez mais a si, a segurança e a estabilidade. São eles: a ARGENTINA, NOVA ZELÂNDIA, AUSTRÁLIA, CANADÁ e ESTADOS UNIDOS.

A Rússia tem grandes dificuldades ainda na área da atividade agrícola, devido o desentusiasmo que o Governo ao seu povo por muitos e muitos anos, ao lavrador que produzia mais o Governo conferia medalhas, diplomas, etc. Entretanto, o lavrador russo passou a sentir, que ao invés de medalhas, discursos e diplomas, eles precisavam como os exerceedores de outras atividades, de melhores pagamentos e maiores assistência para a sua classe, a fim de que, ao invés de troféus, pudessem ter também o seu automóvel, sua televisão e condições de vida social para si e seus filhos, senão igual ao dos mais abastados, pelo menos condizentes com a sociedade — De 70 para cá, a Rússia cresceu na sua produção agrícola, atendendo a aspiração de seu povo, e hoje o lavrador soviético aproveita mais o tempo e a terra, porque sente que quanto mais produzir, mais terá em benefício próprio, em benefício de suas famílias.

Nós entendemos que o operário ainda consegue viver o tipo de vida que leva há anos. Mas, para o trabalhador da terra, a cada dia que passa a sua vida tem piorado, o seu empobrecimento

tem sido cada vez maior, seu sacrifício não tem sido visto por parte dos governos.

Se percorrermos o Paraná em sua área rural, verificamos que o abandono da terra, representa sem dúvida o verdadeiro retrato do perigo, o prenúncio de uma miséria maior; enquanto o Banco do Brasil um dos principais financiadores da Agricultura neste Estado e neste País, se assoberba com a incomensurável riqueza que aumenta assustadoramente a cada ano, o nosso lavrador, está cada vez mais abandonado, mais endividado, mais esmoado e mais descrente com a sua atividade, e acima de tudo, mais desencorajado em verter o suor sagrado de todos os dias para produzir alimentação necessária à subsistência do País.

Não é preciso dizer, porque nós sabemos, o lavrador deste País não tem por assim dizer, nenhuma assistência dos órgãos públicos, não tem nenhum apoio advindo dos governos, ele, o nosso homem do campo, e como tem sido, vítima permanente do desastre social caracterizado, sofrendo horivelmente as influências maléficas desse desastre, sem ter a quem recorrer, sem ter a quem reclamar; o lavrador brasileiro, tem para si e para sua família os portões dos campos assistenciais totalmente fechados, e na área de cultura ele não pode penetrar; criou-se o FUNRURAL, órgão de destino previdenciário ao trabalhador rural, esse órgão enriqueceu tão depressa, como se fez rico o BNH, arrancando como o primeiro, da miséria de uma classe trabalhadora os recursos que os deviam colocar na posição em que se encontram. Parece que ninguém neste País se lembra, a não ser o nosso empobrecido lavrador, que a alimentação é o esteio da subsistência de uma Nação e de um povo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que está esgotado o tempo e concede mais alguns minutos para V. Exa. concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço a concessão de mais alguns minutos para terminar.

Infelizmente, não poderei discorrer sobre o tema, mas quero deixar bem claro que uma Nação que se esquece que o lavrador é o esteio da segurança do seu próprio desenvolvimento; uma Nação que não vê no homem do campo a segurança de sua estrutura; uma Nação que não sente que o homem do campo é a força viril da sua subsistência e do seu desenvolvimento, é uma Nação cuja representação deste mesmo povo é indigente, é pobre.

Na minha região o êxodo rural é uma das mais caracterizadas vergonhas para o Governo que tem responsabilidade com o homem que produz neste País.

Dezenas e centenas de proprietários de áreas rurais, entre 5 e 15 alqueires, no ano que passou tiveram que entregar suas propriedades, conquistadas com o seu trabalho, com a permanência de anos e anos de famílias inteiras na luta e no trabalho de todos os dias. Essas propriedades foram entregues pelo preço que lhes ofertaram a fim de que seus proprietários pudessem cumprir o seu dever e sua obrigação para com o Banco do Brasil.

Na minha região o Diretor do FUNRURAL, sediado em Jacarezinho, pela influência colocou em Santo Antonio da Platina o marido, esposa e filho, para dirigirem o Funrural. Dezenas de pessoas que não prestaram, em nenhuma oportunidade, serviços no campo, na lavoura, conseguiram aposentadoria. No entanto, outros que alquebraram na luta de 60 ou 65 anos no cabo da enxada, estão pedindo esmolas pelas ruas, implorando pelo amor de Deus, o pão que lhes possa saciar a fome.

Os Sindicatos que estão montados quase que nos quatro cantos deste País, se propõe a não dar qualquer tipo de assistência ao trabalhador rural. Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual a unidade sindical deste Estado que mantém ambulatório médico, que mantém um ambulatório dentário ou que mantém assistência jurídica ao trabalhador rural?

Podemos confirmar em alto e bom som, mas como um parlamentar sem palavra, como um tribuno sem voz porque sa-

bemos que nossas palavras não atravessam as quatro paredes para sensibilizar o povo.

Entrarei muito breve, com um pedido de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para buscar soluções para os problemas de nosso irmão que exerce a atividade na agricultura do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Antes de passar para a Ordem do Dia, gostaria de anunciar as honrosas presenças neste plenário, do Sr. Vice-Prefeito de Guarapuava, Sr. Cândido Pacheco e do Sr. Alceu Antonio Swarowski, Prefeito Municipal de Rio Negro, Ricardo de Chianite, Vereador em Rio Negro e Silvio Nane, do Diretório da ARENA de Maringá.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Considerando a importância do acontecimento que se verificará amanhã, no plenário desta Assembléia, me permitiria antes da votação da Ordem do Dia, lembrar à Presidência e aos Srs. Deputados que, às 16,15 horas de amanhã, estará neste plenário a convite desta Casa, o Sr. Presidente da COPEL, que proferirá uma conferência sobre Energia Elétrica neste Estado. Por esta razão me permiti a liberdade de interromper a V. Exa.

Lembro a Casa e neste instante convido os Srs. Deputados a assistirem a conferência do Sr. Arturo Andreoli, que a convite da Casa estará aqui, amanhã, às 16,15 horas neste plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência agradece a assessoria de V. Exa. e ratificará o convite, no final da sessão.

Sobre a mes,a Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelelino Tolentino, constante do expediente, devidamente apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 161/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o município de Ibatí, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área daquele município. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 74/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 165/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento de Trânsito, com o Município de Apucarana, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 166/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN e o município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 125/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 51/75, encaminhando anteprojeto de lei referente à proposta de Orçamento Plurianual de Investi-

mentos do Estado, para p triênio 76/78. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/75, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Integrada Estadual Améri- ca, 2ª Unidade componente, Dr. Ermelino de Leão, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 26/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 109/74 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando pesquisa operacional sobre modelos de Atendimento ao Grupo Materno - Infantil a ser realizado em Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 70/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 135/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Goio- erê, objetivando elaboração e projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 147/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná com o INCRA, referente a trabalhos de pro- moção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando seu desenvolvimento conforme aplicação de legislação que espe- cifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 57/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Santana do Itararé, Ambulância Willys ano 66, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 57/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que institui o dia 25 de julho como o Dia do Colono Paranaense, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 108/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escolinha Tia Paula, com se- de e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 109/75, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação da letra e do nome do autor do Hino do Paraná, nas capas de livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/75, de autoria do Deputado Antonio Facci, que declara de Utilidade Pública a Obra do Berço de Maringá, com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 113/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de Utilidade Pública a Escola Cristo Rei, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 116/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, sediado naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 184/75, de autoria do

Deputado Ivo Rocha, que declara de Utilidade Pública a Funda- ção Educacional de Toledo. Parecer favorável da C.C.J. (anexo Projeto de Lei nº 28/75, de autoria do Deputado Egon Pudell, referente ao mesmo assunto). — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 184/75

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública a FUN- DAÇÃO EDUCACIONAL DE TOLEDO "FUNET", com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi- cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) IVO ROCHA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por finalidade principal o aprimoramento educacional e pro- fissional, além de amparar gratuitamente com material escolar e assistência educacional a estudantes carentes de recursos.

Está muito bem estruturada e somente benefícios poderá trazer para a coletividade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/74

O presente Projeto de Lei, de autoria do ex-Deputado Ivo Rocha, visa declarar de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE TOLEDO "FUNET", com sede e foro naquela cidade.

Da análise do processo, bem como da justificativa que é apresentada, temos que a entidade possui os requisitos necessá- rios para que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

Isto exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer,
S.M.J.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

OSR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Solicito de V. Exa. que verifique a existência de quorum. Quer me parecer que nós estamos sem quorum suficiente para votação da matéria.

OSR. PRESIDENTE — Defiro e determino ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (Procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há quorum para as deliberações.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 25/75, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que a Fiscalização Financeira, Orça- mentária e Patrimonial das Sociedades instituídas pelo Poder Público ou me que o Poder Público participe com capital majo- ritário e as Empresas Públicas, qualquer que seja a forma de que se revistam, será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **COM SUBSTITUTIVO e EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 25/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – A fiscalização Financeira, Orçamentária e Patrimonial das Sociedades instituídas pelo Poder Público ou em que participe com capital majoritário e as empresas públicas, qualquer que seja a forma que se revistam, será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas.

§ único – A fiscalização exercida neste artigo não exclui os controles externos a que estejam sujeitas por força de sua organização, de seus estatutos e de legislação específica.

Art. 2º – Aplicam-se os preceitos desta lei, no que couber, as Fundações instituídas, ou mantidas pelo Poder Público e aos serviços autônomos custeados com subvenções ou por contribuições para fiscais.

Art. 3º – O controle externo das entidades mencionadas no art. 1º e seu § único, deverá ter suas atribuições definidas em lei ou estatuto e criar condições indispensáveis para:

I – assegurar eficiência ao controle externo;

II – acompanhar a execução dos programas econômicos e financeiros;

III – apreciar os resultados obtidos e verificar a execução dos contratos.

Art. 4º – Os órgãos de Controle Interno, ao examinar as contas de seus administradores, pronunciar-se-ão sobre a regularidade das mesmas, sem prejuízo de exame e do julgamento final da competência do Tribunal de Contas.

Art. 5º – O controle externo será exercido pelo Tribunal de Contas, na forma desta lei, compreenderá:

I – O julgamento das contas anuais levando em consideração os objetivos, a natureza empresarial da entidade e o seu funcionamento, segundo os métodos do setor privado da economia;

II – O desempenho das funções de auditoria e a realização de inspeções necessárias à apreciação das contas e à apuração de possíveis irregularidades.

§ único – Nenhum processo, documento ou informação poderá ser negado ao exame do Tribunal de Contas, no exercício de suas competências, à exceção dos considerados de natureza reservada que serão apreciados com esse caráter.

Art. 6º – Verificadas irregularidades, o Tribunal de Contas determinará à autoridade competente o saneamento das mesmas e fixarão prazo para a adoção das medidas necessárias.

§ 1º – Conforme a gravidade dos fatos, o Tribunal de Contas representará a autoridade administrativa a que estiver vinculada a entidade.

§ 2º – Esgotados os recursos previstos em sua Lei Orgânica o Tribunal de Contas solicitará ao Ministério Público, a instauração de ação penal cabível.

§ 3º – Quando se tratar de responsabilidade de diretores, o Tribunal de Contas comunicará os fatos ao Governador do Estado, Prefeitos, Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais.

§ 4º – A comunicação a que se refere o § anterior, será igualmente feita, quando a entidade deixar de remeter sua prestação de contas, na forma estabelecida pela presente lei.

Art. 7º – Qualquer acionista de sociedade de economia mista, poderá representar fundamentalmente ao Tribunal de Contas, contra ato ilícito ou abusivo sob respectivos dirigentes.

Art. 8º – O Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, referido no art. 5º, não interferirá na política adotada pela entidade para a consecução dos objetivos estatutários e contratuais.

Art. 9º – Em cada exercício o Tribunal de Contas enviará ao Poder Legislativo, uma relação das entidades que prestaram contas relativas ao exercício anterior, acompanhada das decisões e providências adotadas, das observações que julgarem convenientes, e da relação das entidades omissas.

Art. 10 – No julgamento das contas, o Tribunal de Contas tomará por base:

I – O relatório anual, os balanços e demais peças conta-

beis relativas ao encerramento do exercício;

II – Livros e documentos, atendido o disposto no art. 5º, inclusive inciso II;

III – Elementos obtidos nas inspeções referidas no art. 5º, inciso II;

IV – Certificado de Auditoria, quando houver;

V – Parecer dos órgãos que devem pronunciar-se sobre as contas;

VI – A subordinação das atividades da entidade aos estatutos ou contratos que dispõem sobre sua organização.

Art. 11 – O Tribunal de Contas deverá confrontar as despesas realizadas com o plano anual de atividades da entidade, mas não intervirão na formulação da política empresarial adotada para a consecução dos objetivos estatutários.

Art. 12 – Para a aquisição de materiais e contratação de obras e serviços, as entidades realizarão licitações comerciais segundo normas que adotarem, desde que publicadas previamente no Diário Oficial ou por outra forma prevista no seu regulamento interno.

§ 1º – As entidades localizadas em municípios em que não houver Diário Oficial, farão a divulgação das licitações através de editais, que serão afixados em lugares públicos e remeterão cópia dos mesmos ao Tribunal de Contas, no prazo de sessenta dias;

§ 2º – As licitações poderão ser dispensadas quando houver urgência ou motivo justo, previamente justificado pela Diretoria e publicado antes da efetivação da despesa;

§ 3º – Os diretores que autorizarem despesas com inobservância deste artigo, responderão pelos prejuízos que causarem.

Art. 13 – No prazo de sessenta dias, a contar da publicação desta lei, o Tribunal de Contas expedirá instruções a todas entidades referidas nos artigos 1º e 2º desta lei, existentes na área de sua jurisdição, regulando a questão de prazos para defesa e recurso em processos oriundos da ação fiscalizadora instituída nesta lei.

Art. 14º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 25/75

Art. 1º – As entidades paraestatais, inclusive as Fundações dotadas de personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença, exclusiva ou majoritariamente ao Estado, ficam sujeitas à fiscalização financeira do Poder Legislativo, com o auxílio de natureza técnica do Tribunal de Contas, sem prejuízo do controle exercido pelo Poder Executivo.

§ 1º – A fiscalização prevista neste artigo:

a) não exclui os controles internos – que as entidades, abrangidas pelo disposto neste artigo, estão sujeitas em decorrência da organização, do estatuto e da legislação geral e específica;

b) respeitará as peculiaridades do funcionamento da entidade, limitando-se a verificar a exatidão das contas e a legitimidade dos atos, e respeitará seus objetivos, natureza empresarial e operação, segundo os métodos próprios do setor privado da economia;

c) compreende o desempenho de função de auditoria e a realização de inspeções necessárias à apreciação das contas apresentadas, e à apuração de possíveis irregularidades, mediante expressa provocação do Poder Legislativo;

§ 2º – Nenhum processo, documento ou informação poderão ser negados ao Tribunal de Contas, quando expressamente autorizado pelo Poder Legislativo, a requisitar inclusive os de natureza reservada que serão tratados com esse caráter.

Art. 2º – A Assembléia Legislativa, por deliberação do plenário, por maioria simples e por iniciativa das Comissões de

Finanças de Orçamento ou de Tomada de Contas, respectivamente poderá requisitar ao Tribunal de Contas:

a) informações sobre as contas dos órgãos e entidades de administração estadual sujeitos ao seu julgamento;

b) cópias de relatórios de inspeções realizadas e respectivas decisões do Tribunal;

c) balanços das entidades da administração indireta sujeitas à apreciação do Tribunal;

d) inspeção em órgãos ou entidades de que trata a alínea "a" quando o relatório de autoria e respectivo certificado apresentar irregularidades nas contas;

§ 1º — Quando a iniciativa pertencer a deputado, será obrigatoriamente ouvida, antes da apreciação pelo plenário, a comissão técnica pertinente a que se refere o "Caput" deste artigo.

§ 2º — As informações de que trata este artigo, deverão ser prestadas dentro de trinta (30) dias e a inspeção deverá ser realizada no prazo de noventa (90) dias, salvo prorrogação que deverá ser previamente pedida à Assembléia.

§ 3º — O descumprimento dos prazos estabelecidos neste artigo e parágrafos, implicam em crime de responsabilidade.

Art. 3º — O controle interno das entidades mencionadas no artigo 1º, deverá ter suas atribuições definidas em estatuto, objetivando criar as condições indispensáveis para:

a) assegurar eficiência ao controle interno;

b) acompanhar a execução dos programas econômicos e financeiros; e

c) apreciar os resultados obtidos e verificar a execução dos contratos.

Art. 4º — Os órgãos de controle interno, ao examinar as contas dos seus administradores, pronunciar-se-ão sobre a regularidade das mesmas, sem prejuízo do exame pelo Tribunal de Contas e julgamento do Poder Legislativo.

Art. 5º — Verificada a irregularidade, o Tribunal de Contas cientificará, formalmente, à autoridade responsável para a adoção de providências saneadoras, e comunicará ao Poder Legislativo, para os devidos fins, com a indicação dos nomes dos responsáveis

§ 1º — Na hipótese da aplicação de sanções pelo Tribunal de Contas, nos casos em que julgar desnecessária a representação este dará ciência à Assembléia Legislativa, para conhecimento da Comissão Técnica respectiva.

§ 2º — Recebida a representação, o Presidente da Assembléia Legislativa a distribuirá às Comissões referidas no artigo 2º, que emitirão parecer concluindo pela representação de projeto de Resolução.

Art. 6º — Dentro do primeiro trimestre de cada exercício, o Tribunal de Contas enviará ao Poder Legislativo relação das entidades que prestaram contas relativas ao exercício anterior, acompanhada de relatório circunstanciado sobre as respectivas ocorrências, bem como indicará as entidades omissas.

Art. 7º — Na verificação técnica das contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, o Tribunal de Contas tomará por base:

a) o relatório anual, os balanços e demais penas contábeis, relativas ao encerramento do exercício;

b) livros e documentos, atendido o disposto na alínea "c" do § 1º, do artigo 1º, desta lei;

c) elementos obtidos nas inspeções referidas na alínea "c" do § 1º, do artigo 1º, desta lei;

d) certificado de auditoria, se houver;

e) parecer dos órgãos técnicos encarregados da aferição das contas.

Art. 8º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 25/75

Mantendo a redação dada ao artigo 2º, § 1º, da emenda substitutiva, acrescente-se a expressão: "A QUAL TERÁ O PRAZO IMPRORROGÁVEL DE TRÊS DIAS, PARA OPINAR".

JUSTIFICATIVA:

Normalmente, as informações solicitadas por iniciativa de Deputado, merecem caráter de urgência, razão pela qual urge que tais requerimentos sejam imediatamente atendidos, evitando-se a obstaculização e proscritação das Comissões que por recursos de ordem regimental e outros expedientes legais podem desnaturar até, o tema de atualidade de que se reveste ou objetiva a informação pleiteada.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SQUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 106/75, de autoria do Deputado João Cioni Neto, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, da cidade de Umuarama. Parecer favorável da C.C.J., com substitutivo. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 106/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública o ASILO SÃO FRANCISCO DE PAULO, da cidade de Umuarama.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) JOÃO CIONI NETO

JUSTIFICATIVA:

O Asilo São Vicente de Paulo de Umuarama, é uma instituição beneficente, mantida pela Conferência Vicentina da mesma cidade.

A Sociedade São Vicente de Paulo, foi fundada a 26 de maio de 67, e seus Estatutos acompanham o presente Projeto de Lei. Tem por objetivo fundar casas populares e um Asilo para a indigência, bem como distribuir aos pobres ou pessoas necessitadas gêneros alimentícios, remédios, vestuário, etc.

Assim não visa lucros e nem distribui vantagens pecuniárias a seus associados e os cargos de sua Diretoria são exercidos gratuitamente. A entidade preenche as disposições legais que dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública (Decreto Federal 50.517, de 02 de maio de 1961, e Lei Estadual 4399, de 17 de agosto de 1961).

Daí o projeto que oferecemos à consideração de nossos ilustres pares. Em anexo, toda a documentação da referida entidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/75

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado João Cioni Neto, visa declarar de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, da cidade de Umuarama.

Analisando-se o processo, temos que o Asilo São Vicente de Paulo é mantido pela Conferência Vicentina, São Francisco de Assis, da cidade de Umuarama, a qual possui todos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria, para que seja declarada de Utilidade Pública.

Assim sendo, a entidade que deverá ser declarada de Utili-

dade Pública, vem a ser a Conferência Vicentina São Vicente de Assis, mantenedora do Asilo S. Francisco de Paulo.

Isto exposto, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 106/75, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/75
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Conferência Vicentina “São Francisco de Assis”, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/75, de autoria do Deputado Antonio Facci, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá, com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 110/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCATIVA DE MARINGÁ, com sede e foro naquela cidade.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá, é uma entidade que pelos relevantes serviços que vem prestando à população da cidade de Maringá, merece o reconhecimento por parte dos órgãos públicos.

O relatório de suas atividades, bem como a documentação que acompanham o presente projeto, nos dão conta de que os requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, estão preenchidos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 110/75

1. De autoria do nobre Deputado Antonio Facci, o Projeto de Lei nº 110/75, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá.

2. Estando a referida entidade devidamente registrada no Livro A-1 no Registro de Títulos e Documentos do 2º Ofício de Maringá, constando do artigo 19 de seu Estatuto que “não remunera os membros da Diretoria sob forma alguma”, e existindo documento comprobatório de que está em pleno funcionamento e cumprindo suas finalidades, somos pela aprovação da proposição.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/75, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica e Recreativa Oliveira - AFIRO, com sede na cidade de Palmas. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 120/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA E RECREATIVA OLIVEIRA “AFIRO”.

Q Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Filantrópica e Recreativa Oliveira - AFIRO, com sede e foro no município de Palmas, é uma Associação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade Pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Associação e pelos atestados de autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de Utilidade Pública, é que oferecemos o presente Projeto de Lei à consideração dos meus Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 120/75
P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, objetiva o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação Filantrópica e Recreativa Oliveira - AFIRO, com sede na cidade de Palmas.

Pela documentação apresentada, e pela justificativa do projeto, verifica-se que, efetivamente, esta entidade presta inestimáveis serviços à sua comunidade e atende à legislação federal e estadual reguladora da matéria, satisfazendo todos os requisitos exigidos.

Desta forma, não vemos razões para não ter acolhimento por esta Casa este plano de lei, e nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANI BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 121/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de Utilidade Pública a Associação Feminina Assistencial de Ibaíti, com sede no referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 121/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO FEMININA ASSISTENCIAL DE IBAÍTI”, com sede no município do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Feminina Assistencial de Ibaíti, presta inesti-

máveis serviços à comunidade onde está sediada e atende todos os requisitos legais exigidos para ser declarada de Utilidade Pública. Por isso, a apresentação do presente plano de lei, que espero ver aprovado pela Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 121/75

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, declarar de Utilidade Pública a Associação Feminina Assistencial de Ibaíti.

A entidade acima aludida presta relevantes serviços à comunidade de Ibaíti. Pela documentação apresentada, constata-se que estão preenchidos os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, entendemos que este plano de lei não encontrar obstáculo algum para a sua tramitação nesta Casa, motivo pelo qual nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 122/75, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de Utilidade Pública a Ação Comunitária Frederico Ozanam de São Vicente de Paula, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 122/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "AÇÃO COMUNITÁRIA FREDERICO OZANAM DE SÃO VICENTE DE PAULA", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que com este plano de lei pretendemos declarar de Utilidade Pública, atende todos os requisitos exigidos pela lei pertinente e presta relevantes serviços, gratuitamente, à comunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 122/75

Objetiva o presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, declarar de Utilidade Pública a Ação Comunitária Frederico Ozanam de São Vicente de Paula.

Esta entidade atende todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente (Decreto Federal 50517, de 02 de maio de 1961, e Lei Estadual 4399, de 17 de agosto de 1961), além do que vem prestando efetivamente, relevantes serviços gratuitamente, à comunidade.

Desta forma, não vemos nenhum motivo que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa e o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 126/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do SERPRO, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 126/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SERPRO — com sede na 9ª Unidade Regional de Operação de Serviço Federal de Processamento de Dados, nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores do SERPRO, fundada em 11 de março de 1971, com sede nesta Capital, tem por finalidade desenvolver o espírito de solidariedade entre seus associados, funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO — 9ª URO, visando desenvolvimento social, cultural e esportivo.

Não visa a Associação qualquer lucro ou vantagens pecuniárias decorrentes de suas atividades; não distribui lucros ou dividendos e seus Diretores não são remunerados.

Preenche assim, os requisitos necessários à sua declaração de Utilidade Pública previstos na Legislação Federal (Decreto 50517, de 2 de maio de 1961) e Estadual (Lei 4399, de 17 de 1961), que dispõe sobre a matéria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 126/75

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do SERPRO, com sede na 9ª Unidade Regional de Operações do Serviço Federal de Processamento de Dados, nesta Capital.

Analisando-se o processo e a justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública preenche todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Assim temos que o Projeto se encontra em condições de seguir o seu trâmite normal, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública a Creche Menino Jesus, com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 127/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a CRECHE MENINO JESUS, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1975.

a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, dedica-se à tarefa de cuidar de crianças cujas mães precisem tra-

balhar fora do lar durante o dia, como também presta assistência médica e social aos que estão sob seus cuidados. Além disso, procura difundir entre as crianças e familiares, educação moral, cívica e religiosa. A sua diretoria não recebe nenhuma remuneração e estão satisfeitos todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria. Por estes motivos, espera-se a aprovação para este plano de lei.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 127/75**

De autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, visa o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Creche Menino Jesus, na cidade de Maringá.

Pela própria justificativa, deste plano de lei e a documentação apresentada, verifica-se que, realmente, esta entidade vem prestando inestimáveis serviços -a comunidade de Maringá, merecendo, portanto, ser acolhido o seu pedido de declaração de Utilidade Pública. Além disso, preenche todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO – Presidente

ENÉAS FARIA – Relator

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 178º aniversário de emancipação política do município de Antonina. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final ao Projeto de Lei 92/75. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei no 187/75. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Affonso Alves de Camargo Netto, pelo seu recente pronunciamento feito em Paranaíba. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam adotadas medidas necessárias a fim de solucionar o problema de som do Ginásio Tarumã. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando a sustação do andamento

do requerimento 08/31, que solicita o encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, conforme específica, até ser apurado o município em que, porventura, tenham ocorrido, estranháveis procedimentos, denunciados por um vereador do Paraíso do Norte. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Assembléia Cristã à Marcha da Fé pela bem sucedida I Convenção Regional do Sul do Brasil. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que determine sejam construídas dez (10) salas de aula no Instituto de Educação de Maringá. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Elias Zacarias, pela sua investidura na direção do Instituto Médico Legal do Estado do Paraná, onde sucede ao Prof. Ernani Simas Alves, designado para o cargo de Diretor do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja firmado convênio com a Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, a fim de promover reparos e conservação de estradas. – **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 92/75

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 26/74, 70/75, 71/75 e de Lei nºs 57/74, 57/75, 108/75, 109/75, 111/75, 113/75, e 116/75.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 184/74, 25/75, 106/75, 110/75, 120/75, 121/75, 122/75, 126/75, 127/75.

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução nos 72/75, 76/75, 77/75, 78/75 e 79/75.

A Mesa comunica aos Srs. Deputados que amanhã às 16:15 horas teremos a visita do Presidente da COPEL, que fará um pronunciamento a respeito da COPEL do Paraná e em especial da eletrificação rural.

Levanta-se a Sessão.